



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

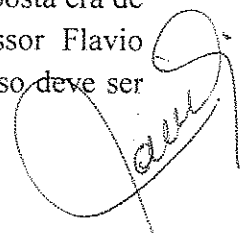
Av. Guilherme Schell, 6068 eq. Major Ernesto Wittrok

Ata 15/17

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOAS

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h45min, em segunda chamada se dá o início da reunião do CMS de Canoas. A reunião desta data contará com a seguinte pauta: Debate e discussão do panorama atual de Canoas, na área de saúde, informações da Mesa Diretora e assuntos gerais. O presidente Mário saúda os presentes e inicia com a leitura de correspondência recebida da direção do HNSG. Iniciam informando sobre o princípio de sua administração em fevereiro corrente, em que foram tomadas várias medidas para o saneamento das finanças combalidas da Casa, readequando o quadro de colaboradores, revisando contratos e reduzindo custos, com otimização de gastos e aumento de produção gerou-se uma economia mensal de R\$ 357.282,00 mensais. Porém, apesar da diminuição de custos, a capacidade financeira do hospital, inclusive junto aos bancos ficou inviável para outros empréstimos. O alto custo no pagamento dos diversos serviços, como o do quadro clínico, que tem apenas 25% de seu custo pago e que a associação não possui mais condições de arcar, aumentam o endividamento do nosocômio. Das assertivas apresentadas, chegou-se a conclusão de que a instituição não tem mais a capacidade de sustentar a “porta aberta” do SUS, pois os repasses estão muito defasados, em relação aos custos. O hospital tem um percentual de 80% de atendimento SUS, sendo isso razão para “mazela” financeira. A média de usuário na urgência/emergência é de 3.200 pessoas/mês e custa, em média R\$ 1.200.000,00, com ressarcimento do estado no montante de R\$ 300.000,00 e do município R\$ 69.155,00, resultando num déficit mensal superior a R\$ 800.000,00, produzindo desequilíbrio financeiro insustentável. Por fim, diante da situação, encaminhar comunicado de suspensão dos serviços de urgência e emergência aos usuários do SUS, por tempo indeterminado até que sejam revistos os honorários dos serviços ou que se consiga aporte de recursos que viabilizem a manutenção da Casa, evitando assim a desassistência da população que a ela acorre. Sugerem uma nova contratualização com o município. Declaram que a medida não se estende ao pronto atendimento das UPAs, convênios, exames em geral, internações e consultas ambulatoriais. Em derradeiro, afirmam que a instituição está de portas abertas para sofrer qualquer exame na área contábil, compras, no faturamento e na aplicação dos recursos recebidos e sua aplicação. O presidente refere assim que a ABC está comunicando que não terão como continuar atendendo. O CM Eduardo denota sua preocupação em relação à disponibilidade de atendimento, pois sobrarão apenas as UPAs e Pronto Socorro. O CM Mário Dhein diz que mesmo que o HNSG seja de ênfase social, ainda é uma empresa e que o CMS não participará mais das reuniões de controle dos contratos de pactuação, pois não estão sendo discutidas a qualidade nas metas. Não estamos recebendo relatório qualitativo, discutindo apenas valores. Queremos saber o que o GAMP está fazendo. Quantas cirurgias, consultas, exames e ações. No Graças o contrato prevê reunião de apresentação de atingimento das metas, de dois em dois meses e de 01/2016 a 09/2017, não houve nenhum evento. Não sabemos se o que recebemos é muito ou é pouco. Estão afirmando que o HNSG recebe muito menos que o HU para a mesma produção. Não sabemos, pois não dizem o que é feito. Fala que a Mesa está à disposição para ouvir. Existem no contrato regras a serem obedecidas e entre elas o plano operativo. Cobramos o mesmo da secretaria os planos para o HNSG e HU. Enfatiza que a fiscalização do CMS é balizada por isso. Para nós o que importa não é o valor e sim

o que é feito com o dinheiro, pois a vida não tem preço. O Presidente após lê correspondência dirigida a SMS acerca do GAMP, expondo a preocupação com as constantes alterações no quadro diretivo da ONG em Canoas, sob a égide da pressão sofrida, além de reforçar a insatisfação em receber dados quantitativos, em vez de qualitativos e repete que o que estamos acompanhando é o quanto custa economicamente os serviços prestados pela contratada e não o que está sendo realizado. Nossa intenção é estar em consonância com a realidade, reforçando o controle social e cita que no dia de amanhã teremos reunião com o CMS de Sapiranga para capacitar conselheiros. A Sra. Adriana do CAIC pergunta se a suspensão será apenas da urgência e emergência? O secretário da Mesa ratifica que será somente no local. A Sra. Verônica, do São Luiz questiona sobre as cirurgias agendadas e o Presidente relê parte da correspondência em que reitera serem os demais serviços continuados. O representante do HU, CM Leandro Becker, diz saber das dificuldades do Graças, pois trabalhava lá, mas não aceita que sejam os serviços suspensos inesperadamente. A CM Cristiane diz que, conforme exposto na carta, o informe foi dentro do prazo. O CM Guilherme, representante do Graças, diz que não existe data marcada e ratifica o custo mensal de R\$ 1.200.000,00 e que recebe, no máximo R\$ 600.000,00, produzindo déficits constantes. Informa que em 1990 o valor de uma consulta com clínico era R\$ 3,30 e do especialista R\$ 6,30 e hoje, 27 anos depois os valores são de R\$ 6,30 e R\$ 10,00, respectivamente. O professor Flávio da ULBRA vê como medida cautelosa que a Casa está tomando, em reiterar as limitações que estão sofrendo, deixando em aberto à possibilidade de repactuar e reitera que as dificuldades não são só do Graças. O Presidente saliente que o objetivo de trazer o assunto, é o de não tomar nenhuma providência, sem o conhecimento da plenária e diz que pelas palavras da ABC, o déficit de R\$ 800.000,00, com recursos de R\$ 4.900.000,00, gerará a cada 5 meses, 1 mês de perdas. A CM Guilherme reclama da posição do CMS em sair das comissões de discussão dos planos operativos, por considerar a decisão demasiada e o Presidente reitera que para o CMS o mais importante é o fator qualitativo e diz ter conversado com o pessoal do HU e estes dizem não haver problema. O Dr. Fernando Farias, diretor médico do HU fala que a SES lhes cobrou o plano operativo, com equilíbrio nas ações. Número de consultas ortopédicas, cardíacas e outras especialidades, com números compatíveis e regulados e que o que diferencia as duas casas é o números de complexidades, defendendo a diferenciação entre as remunerações e o Presidente sugere que seja feita apresentação dos dados em Power Point. O Dr. Fernando continuou suas colocações dizendo que o valor de R\$ 16.600.000,00 previstos, foi considerado insuficiente. O Sr. Fernando Boesio, controles do GAMP, declara que os recursos recebidos trazem a obrigatoriedade de prestar 80% das quantidades estabelecidas pelo plano operativo do HU- HPSC- UPA Rio Branco e UBS Caçapava e que entregam mensalmente a secretaria, os dados, sendo os últimos apresentados, referente a julho. Somente não sabe se cabe a apresentação ao GAMP ou a SMS. O CM Leandro imagina que hajam recursos para manter a "porta aberta". O CM Eduardo parabeniza o Sr. Igor do HU, pois esteve na instituição, pela manhã, a fim de receber informações de um caso e este, de pronto, o atendeu. O CM Marcos, disse que por seu conhecimento, o HNSG tem o custo que não baixa de R\$ 1.200.000,00 e com certeza temos que trabalhar para equalizar a situação. O Dr. Fernando informa que o planejamento é fazer 10 cirurgias bariátricas por mês, no novo plano operativo. O CM Leandro Becker diz que a reforma do 5º andar do HU, começou há dez dias e que as obras deverão levar de 4 a 5 meses e após começaram os trabalhos no 7º andar. O CM Eduardo questiona sobre os equipamentos que estavam jogados nos andares bloqueados e o CM Leandro diz que eles e o mobiliário são de propriedade da União. O Presidente diz que a pergunta era se o GAMP poderia vender estes materiais e que a resposta era de que os equipamentos e mobiliários estavam arrestados ao Governo Federal. Professor Flavio considera duas coisas claras: a necessidade de um novo plano operativo e que o processo deve ser



ampliado. Não existe um processo de adequação, mas existem necessidades. Propõe que o Graça traga sua aflição de forma mais especificada. O Presidente diz que podemos pedir a presença da equipe diretiva do Graças. Perguntar quanto tempo ou o que vai acontecer com o espaço aberto. Conta à história do valor de R\$ 2.000.000,00 que por ser insuficiente para fazer uma obra e que foi pedida a transferência para custeio do Graças e que nunca foi repassado ao hospital. Apresentada a nova coordenação do CLS São Luiz, com a presença da Sra. Simone Flores, como coordenadora e a Sra. Verônica Trindade, como adjunta. Homologada a escolha. O CLS Vilson Lutz pergunta quantos conselheiros locais e municipais estão presentes? O Presidente Mário fala que CLS a gente convida e CM se convoca e que setembro faremos o fechamento das presenças e substituiremos as entidades faltantes. O secretário da Mesa explica o processo, que obedece ao regimento do CMS. O Presidente fala sobre o professor Flavio e refere a uma informação trágica dada por ele, de que diversos alunos que vem do interior que querem conhecer o CMS de seu município, são impedidos de entrar nas suas reuniões. O CMS deve funcionar com as portas abertas. Pede que o secretário da Mesa leia a ata da reunião anterior, do dia 28.08.17. Foi solicitado que se corrija, que a Conferência realizada no dia 01.09.2017 foi à etapa municipal, que constou como estadual. Às 21h08min horas, o presidente encerra a reunião em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos conselheiros.

